

LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS

**Programa
de pesquisa
científica**

CNPq finep

I. JUSTIFICATIVA

a) Situação Demográfica das Línguas Indígenas

A ocupação do território brasileiro pelos europeus e seus descendentes acarretou drástica redução da população indígena¹ e consequente extinção de grande número de línguas faladas por essa população. Embora a população indígena sobrevivente esteja hoje reduzida a cerca de 225 mil pessoas (de um total que, segundo diversas estimativas, situar-se-ia entre três a dez milhões no início do século XVI), é ela constituída por cerca de 200 grupos étnicos diferentes, dos quais pelo menos 170 falam línguas indígenas². Todas essas são línguas minoritárias no Brasil, com a característica pouco comum de serem extremamente minoritárias em relação à língua majoritária do país, que é o Português: uma média de menos de mil falantes por língua indígena em contraste com mais de cem milhões de falantes da língua portuguesa. Essa situação caracteriza todos os idiomas indígenas no Brasil como línguas em situação de sobrevivência extremamente precária. No conjunto, se há algumas línguas com populações mais substanciais, de 15 mil a 18 mil falantes, há em contrapartida línguas que têm de ser reconhecidas como espécies em extinção: de algumas – Makú em Roraima, Umutina e Apiaká em Mato Grosso, Pataxó na Bahia – sabe-se que neste momento resta só um último falante, já sem condições de falar com ninguém em sua língua. Menos raros são os casos de línguas faladas por menos de 20 pessoas³. Diante dessa situação, qualquer que fosse o quadro institucional da ciência lingüística no Brasil, reconhecer-se-ia a necessidade de estabelecer um programa de ação coordenada e intensiva para a aquisição e preservação do conhecimento científico dessas línguas, não só as que estão ameaçadas de extinção, mas igualmente as que têm melhor situação demográfica, todas igualmente importantes de todos os pontos de vista.

b) Situação Institucional da Lingüística

O quadro institucional da Lingüística no Brasil melhorou consideravelmente nos últimos anos, embora ainda esteja longe de ser satisfatório. Há alguns programas de pós-graduação, além de um curso de graduação especificamente em Lingüística; há algumas publicações seriadas e uma revista semestral, iniciada há dois anos. Certas subáreas da Lingüística, de particular importância para o estudo das línguas indígenas, como a Fonética, a Morfologia ou a Lingüística Histórica ainda se ressentem da falta de pessoal e de treinamento adequado dos estudantes interessados em línguas indígenas.

c) Situação da Lingüística Indígena

Dentro desse quadro geral, a situação específica do estudo das línguas indígenas é bastante precária. Apenas duas instituições têm tradição de pesquisa neste campo – o Museu Nacional e a Unicamp – e só uma destas atua regularmente na formação de pessoal – a Unicamp. Como os quadros dessas instituições não comportam senão um pequeno número de especialistas desta área particular, é muito restrito o número de pesquisadores nelas fixado. A capacidade de pesquisa no Museu Nacional é ampliada pela admissão de estagiários; analogamente, na Unicamp são bolsistas de iniciação científica, aperfeiçoamento, mestrado e doutorado que permitem o desenvolvimento de maior número de projetos. Em ambos os casos, porém, trata-se de uma pequena população flutuante de estudantes, para os quais as perspectivas de continuidade na área são extremamente reduzidas: obtido o grau, em regra vão trabalhar numa instituição em que devem engajar-se em outros projetos (língua portuguesa, línguas estrangeiras), com o que fica em boa parte anulado o investimento feito na formação de pesquisadores de línguas indígenas. Essa situação desestimula a entrada de outros estudantes na área da Lingüística Indígena.

Presentemente identificam-se iniciativas em algumas outras instituições, que podem levar à formação de novos centros de pesquisa na área de línguas indígenas. Esse é o caso do Museu Paraense Emílio Goeldi, do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás e do Departamento de Lingüística da Universidade de Brasília. É mister estimular essas e outras iniciativas de modo a assegurar-lhes o desenvolvimento institucional desejável.

d) O Conhecimento das Línguas Indígenas

Quanto ao conhecimento que atualmente temos das línguas indígenas brasileiras, devemos distinguir entre o conhecimento individualizado de cada língua e o conhecimento integrado sobre as relações existentes entre as diversas línguas e sobre a natureza geral delas. O desenvolvimento do primeiro, do qual certamente depende o segundo, ocorreu nos últimos 25 anos e deveu-se antes a um esforço de motivação religiosa por parte de missionários-lingüístas estrangeiros: foi sobretudo nesse contexto que começaram a produzir-se de modo sistemático análises que variam em qualidade de regulares a muito boas. Paralelamente têm sido feitas análises lingüísticas, também de qualidade variável, por lingüístas não missionários, nacionais e estrangeiros; mas a atuação destes últimos tem sido ainda muito pouca. Mesmo somadas, ambas as atuações – de missionários e de não-missionários – têm estado consideravelmente aquém do necessário para assegurar a documentação científica e a análise das línguas indí-

genas faladas no país. As pesquisas dos lingüistas não missionários, pela carência de espaço institucional adequado, não têm podido até agora desenvolver-se de forma coordenada, caracterizando-se antes de tudo como iniciativas individuais isoladas. O trabalho lingüístico dos missionários, mesmo quando apresenta boa ou mesma alta qualidade técnica, é necessariamente limitado pelos objetivos missionários. Em geral passa ao largo das instituições sociais nativas e, além disso, não se interessa pelas línguas cujo estudo é mais urgente – aquelas com população extremamente diminuta, mais fortemente ameaçadas de extinção. Por outro lado, se algumas organizações missionárias divulgam resultados de sua documentação e análise, tornando-os acessíveis à pesquisa científica, o mesmo não se dá com outras que têm o privilégio de trabalhar com numerosas línguas indígenas⁴.

e) Importância Científica das Línguas Indígenas

As línguas indígenas do Brasil, como as línguas de toda a América do Sul, de que elas constituem uma parte considerável, desenvolveram-se durante longo tempo (entre 10 e 30 milênios) em condições de isolamento quase absoluto em relação às línguas dos outros continentes, inclusive da América do Norte. Essa situação, consequência do isolamento deste subcontinente, circundado pelos dois grandes oceanos e ligado apenas pelo Istmo do Panamá a outras terras habitadas, pode ter favorecido o desenvolvimento ou a manutenção, nas línguas aqui faladas, de propriedades não encontradas em outras áreas lingüísticas do mundo. Essa conjectura, que pode ser formulada aprioristicamente, começa a encontrar evidências no conhecimento mais preciso e mais detalhado que só agora começamos a ter de algumas dessas línguas. Trata-se de características fonéticas, fonológicas e gramaticais (possivelmente também discursivas), algumas das quais colocam problemas novos para as teorias correntes sobre a natureza das línguas, indicando a necessidade de reajustes menores ou maiores nas mesmas para dar conta de fenômenos desconhecidos nas línguas dos outros continentes. A maior incidência de fenômenos novos tem sido observada nas regiões baixas, não andinas, do continente sul-americano, em que se inclui todo o território brasileiro. E é justamente em algumas línguas brasileiras que tem sido observado maior número de fenômenos que se enquadram na situação aqui referida. Embora se trate, ainda, de relativamente poucos casos, cuja correta interpretação exigirá pesquisas mais extensas e mais profundas, já deixam perceber que o conhecimento científico das línguas indígenas brasileiras, além de revelar toda uma grande série de sistemas lingüísticos que, como quaisquer outras línguas, particularizam-se por arranjos originais de elementos fundamentais comuns segundo parâmetros universais, muito provavelmente revelará também novos elementos e/ou parâmetros,

cuja relevância ainda não se tornou visível através da análise das línguas de outras partes do mundo. Aí reside a maior importância científica do estudo das línguas indígenas brasileiras. Negligenciar esse estudo, enquanto ele ainda pode ser feito, significaria não só perder para o conhecimento científico grande número de espécies em vias de extinção, mas sobretudo possivelmente perder para sempre a oportunidade de observar alguns fenômenos lingüísticos (e cognitivos) únicos no mundo⁵.

f) Importância Social da Pesquisa

Além de sua importância puramente científica, a pesquisa das línguas indígenas produz um conhecimento que pode ser revertido para o tratamento de questões práticas de interesse das comunidades indígenas em suas relações com a sociedade envolvente. Dentre essas questões práticas, destacam-se as que decorrem das novas necessidades educacionais e comunicativas com que se defrontam os povos indígenas em consequência das mudanças sócio-culturais impostas pelas relações com a sociedade nacional majoritária.

g) Necessidade de um Plano de Ação

Do exposto resulta que é necessário e urgente desenvolver um plano de ação coordenada que torne possível aumentar rapidamente o número de pesquisadores na área de línguas indígenas, assegurar a continuidade do trabalho de cada pesquisador e organizar um esforço concentrado, durante os próximos anos, no sentido de promover a documentação e análise básicas do maior número possível de línguas, sem prejuízo das pesquisas já em andamento, nem do desenvolvimento progressivo de outras linhas de pesquisa que contribuirão para a integração do conhecimento sobre as línguas brasileiras e sobre sua situação sócio-cultural⁶. Num país em que se falam cerca de 200 línguas, das quais 90% são línguas indígenas, um plano de ação, como o aqui proposto, será de importância crítica para o desenvolvimento da Lingüística no Brasil.

Em suma, podem-se destacar alguns aspectos que justificam plenamente o estabelecimento, em caráter de urgência, de um programa especial voltado para as reais necessidades da pesquisa em línguas indígenas:

1. o elevado número de línguas, uma parte das quais em processo de extinção;
2. o número insuficiente de especialistas na área;
3. a carência de um apoio efetivo e sistemático à pesquisa de línguas indígenas e particularmente ao trabalho de campo;
4. as dificuldades inerentes a esse tipo de pesquisa, que na

- maioria das vezes exige dos pesquisadores elevado custo pessoal;
5. a inadequação dos instrumentos usuais de apoio à pesquisa em face das peculiaridades dos estudos de línguas indígenas;
 6. a dispersão dos especialistas e das iniciativas na área, que dificulta a desejável troca de experiências entre os pesquisadores;
 7. o caráter disperso, lacunoso ou de difícil acesso da informação e da documentação da produção científica da área;
 8. o isolamento dos pesquisadores brasileiros em relação às instituições e pesquisadores do exterior;
 9. a carência de pólos estrategicamente distribuídos no país para formação de técnicos e de pesquisadores qualificados na área;
 10. a inexistência de um centro nacional de línguas indígenas que possa articular o trabalho científico na área;
 11. a necessidade de se desenvolver uma comunidade científica nacional comprometida com a produção de conhecimento sobre as línguas indígenas.

II. OBJETIVOS E PRIORIDADES

– Objetivo Geral

Promover o desenvolvimento da pesquisa científica das línguas indígenas brasileiras.

– Objetivos Específicos

1. promover a documentação e a análise descritiva das línguas indígenas;
2. incrementar os estudos do léxico e da semântica das línguas indígenas;
3. incrementar os estudos lingüísticos tipológicos;
4. incentivar os estudos comparativos, classificatórios e reconstitutivos no âmbito das diversas famílias lingüísticas;
5. desenvolver estudos sociolingüísticos sobre situações e condições de uso das línguas indígenas nas respectivas sociedades indígenas;
6. estimular estudos sobre aspectos discursivos das línguas indígenas e sobre a natureza do discurso nas sociedades indígenas;

7. incentivar os estudos de pragmática das línguas indígenas;
8. estimular a documentação e a análise das literaturas indígenas;
9. apoiar a publicação dos resultados das pesquisas;
10. promover o intercâmbio e a integração do conhecimento gerado pela pesquisa sobre línguas indígenas.

– Prioridades

Os estudos desenvolvidos no âmbito deste programa deverão privilegiar as línguas indígenas conforme as prioridades abaixo:

- 1ª) as línguas ameaçadas de extinção e ainda não documentadas;
- 2ª) as línguas ameaçadas de extinção e só parcialmente documentadas;
- 3ª) as línguas não ameaçadas de extinção, mas ainda não documentadas;
- 4ª) as línguas não ameaçadas de extinção e parcialmente documentadas.

III. ESTRATÉGIAS

- 1ª) Apoio aos centros de pesquisa e aos pesquisadores já atuantes na área;
- 2ª) apoio às atividades de formação de pesquisadores em línguas indígenas;
- 3ª) estímulo à criação de novos programas de formação e pesquisas em instituições já existentes;
- 4ª) criação de um centro nacional de línguas indígenas que, sem prejuízo de outras iniciativas institucionais e particulares, reúna condições de trabalho que assegurem dedicação integral à pesquisa.

IV. SUBPROGRAMAS

1. Informação e Documentação

- 1.1. inventário de materiais lingüísticos existentes nas diversas instituições nacionais e estrangeiras e em poder de particu-

lares sobre línguas indígenas brasileiras;

- 1.2. organização de um núcleo de informação e documentação sobre as línguas indígenas;
- 1.3. formação de um acervo básico de publicações técnicas e científicas, nacionais e estrangeiras.

2. Recursos Humanos

- 2.1. treinamento básico em fonética, fonologia, morfologia e sintaxe;
- 2.2. seminários de análise lingüística;
- 2.3. cursos de especialização, aperfeiçoamento e atualização nos vários aspectos da pesquisa lingüística;
- 2.4. cursos de treinamento para formação de técnicos em documentação e análise;
- 2.5. cooperação com os programas de pós-graduação em Lingüística para possibilitar a abertura de área de concentração em línguas indígenas;
- 2.6. cooperação com os cursos de graduação em Letras e Lingüística para a inclusão de ensino sobre as línguas indígenas.

3. Auxílios para Pesquisa

- 3.1. apoio a projetos individuais;
- 3.2. apoio à pesquisa de campo;
- 3.3. apoio à divulgação dos resultados.

4. Realização de Eventos, Viagens Científicas e Intercâmbio de Pesquisadores

- 4.1. realização de encontros de pesquisadores ou apoio a eventos similares;
- 4.2. realização de viagens científicas no país e no exterior;
- 4.3. estágios de pesquisadores brasileiros em centros estrangeiros;
- 4.4. vinda de pesquisadores visitantes estrangeiros.

5. Publicações de Livros e Periódico

- 5.1. publicação de livros;
- 5.2. publicação de periódico.

6. Fixação de Pessoal Técnico-Científico

- 6.1. Bolsas especiais de pesquisa

7. Implementação do Centro Nacional de Línguas Indígenas

NOTAS

1. Veja-se Berta G. Ribeiro, "Quantos seriam os Índios das Américas?", *Ciência Hoje* 6:54-60, 1983.
2. Veja-se Aryon D. Rodrigues, "The present state of the study of Brazilian Indian languages", *South American Indian Languages: Retrospect and Prospect* (H. E. Manelis Klein and L. R. Stark, eds.), Austin, University of Texas Press, 1985, pp. 405-439.
3. Cf. Aryon D. Rodrigues, *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*, São Paulo, Edições Loyola, 1987.
4. Cf. Aryon D. Rodrigues, "The present state...", citado na nota 2.
5. Veja-se Aryon D. Rodrigues, "Contribuições das línguas brasileiras para a fonética e a fonologia", *Language in the Americas* (D. F. Solá, ed.), Ithaca, Cornell University: Language Policy Research Program, 1984, pp. 263-267; idem, "O conhecimento científico das línguas amazônicas", comunicação lida na mesa-redonda sobre línguas amazônicas, 35ª Reunião Anual da SBPC, Belém, 1983.
6. Veja-se Neusa Carson, "Ação coordenada para documentação das línguas indígenas da Amazônia", comunicação lida na mesa-redonda sobre línguas amazônicas, 35ª Reunião Anual da SBPC, Belém, 1983; e Aryon D. Rodrigues, "Avaliação e perspectivas das pesquisas com línguas indígenas brasileiras", comunicação lida na XIV Reunião Brasileira de Antropologia, Brasília, 1984.

PESQUISADORES E INSTITUIÇÕES CONSULTADAS

1. Aryon Dall'igna Rodrigues – Unicamp (coordenador do programa)
2. Charlotte Emmerich – Museu Nacional
3. Dennis Albert Moore – Museu Paraense Emílio Goeldi
4. Eni Orlandi – Unicamp
5. Lucy Seki – Unicamp
6. Marcus Antônio Rezende Maia – Museu do Índio
7. Maria de Lourdes C. Martini – Anpoll
8. Marília Facó – Museu Nacional
9. Meiriel de Abreu Sousa – CAI/Minter
10. Nelmo Roque Scher – Funai
11. Neusa Maria Carson – UFSM
12. Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira – UFGO
13. Ruth Monserrat – Pró-Memória
14. Stella Maris Bortoni – UnB
15. Yonne de Freitas Leite – Museu Nacional

ELABORAÇÃO DO PROGRAMA

Coordenação:

- Marisa Barbar Cassim – CNPq
- Madalena Diegues – Finep